

## O que nos Disse a Comunidade? A construção de uma agenda pública de demandas coletivas no Alto do Moura-PE<sup>1</sup>

Marcio Sá, Jessica Rani Ferreira de Sousa, Denise Clementino de Souza, Shirley Kevilen da Silva e Bárbara Tayná Leal

### Resumo

Embora o artesanato seja reconhecido como elemento de grande importância cultural e econômica na comunidade do Alto do Moura, em Caruaru-PE, observa-se uma carência de ações governamentais e políticas públicas que dialoguem efetivamente com o contexto local. O objetivo deste trabalho foi mapear as principais problemáticas apontadas por entrevistados, e por nós observadas, a fim de contribuir para formação de uma agenda pública referente à valorização e ao desenvolvimento do artesanato como negócio, bem como ao atendimento de outras necessidades coletivas da comunidade. Dentre as intervenções realizadas, estiveram a elaboração de um relatório-técnico discutido junto à comunidade e ao poder público municipal. As demandas identificadas geraram recomendações apresentadas aos públicos envolvidos. Acreditamos que sua partilha possa inspirar reflexão sobre formas alternativas de pensar a construção de agendas públicas localizadas de modo participativo e sobre o potencial da pesquisa social de suportar iniciativas em torno de interesses comuns em microcosmos sociais específicos.

### Palavras-chave

Construção de Agenda. Comunidade Artesã. Políticas Públicas. Alto do Moura.

### Abstract

Although handicraft is recognized as an element of great cultural and economic importance to the Alto do Moura community, in Caruaru-PE, there is a lack of government actions and public policies that effectively dialogue with the local context. The objective of this work was to map the main issues pointed out by interviewees, and observed by us, in order to contribute to the formation of a public agenda regarding the valuation and development of handicraft as business, as well as other community needs. One of the interventions carried out was the preparation of a technical report discussed with the community and the municipal government. The identified demands generated recommendations presented to the audiences.

We believe that its sharing can inspire reflection upon alternative ways of thinking local public agenda-setting in a participatory way, as well as on the potential of social research to support initiatives concerning common interests in specific social microcosms.

**Keywords** Agenda-setting. Artisan Community. Public Policy. Alto do Moura.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa social, quando praticada também a partir do pressuposto da importância da escuta atenta das carências e necessidades de populações pesquisadas (principalmente quando estas fazem parte das camadas mais populares da sociedade), possibilita a seus praticantes a oportunidade de sistematização de informações de potencial utilidade pública. Aos nossos olhos, o melhor modo de partilhar a riqueza de uma experiência de tal natureza é por meio do seu produto final, ou seja, de uma agenda construída a partir de um movimento de escuta que, por um lado, foi além dos temas de interesse da investigação<sup>1</sup>, e, por outro, provocou reflexões na equipe envolvida.

Esta contribuição contextualiza o processo produtivo de um relatório técnico que teve como objetivo mapear as principais demandas apontadas pela comunidade artesã do Alto do Moura, em Caruaru-PE, de modo a colaborar para a construção de uma agenda pública local referente à valorização e ao desenvolvimento do artesanato como negócio, bem como ao atendimento de outras necessidades coletivas da comunidade emergentes no Alto do Moura do século 21.

Inicialmente, foi feito um esforço de criação de categorias para organizar as principais demandas numa agenda sistêmica. Uma vez elencados os principais grupos de demandas, partimos para a escrita do relatório, também integrado por sugestões de melhoria tanto ofertadas pelo próprio público pesquisado quanto por formadores de opinião (também entrevistados) ou ainda formuladas a partir de nossas análises. As questões mais recorrentes e que nos pareceram mais relevantes foram agrupadas nos seguintes tópicos: (1) cultura de valorização do artesanato e desenvolvimento coletivo do negócio; (2) saúde coletiva; (3) segurança; e (4) infraestrutura. É válido ressaltar que não intencionamos cobrir a totalidade dos problemas identificados em cada um desses temas, mas registrar o que de mais relevante emergiu ao longo das interações de pesquisa, discutindo os possíveis caminhos para o enfrentamento dos problemas coletivos apontados.

Entretanto, essa vivência não se encerra na descrição e identificação de tais demandas, pois se propõe a partilhar com a área de Administração e dos Estudos Organizacionais reflexões provocadas pela experiência de trabalho de campo, em particular no que se refere a:

- a) o relacionamento com sujeitos oriundos das camadas populares em situações de pesquisa;

b) os impactos formativos em quem teve contato direto com as questões sensíveis aos pesquisados, ou seja, os aprendizados, as percepções, os avanços e as limitações constatadas pelos envolvidos;

c) contribuição que essa experiência pode trazer para a área, em particular no que se refere a uma pesquisa mais engajada em sua prática (e não apenas no discurso) com os problemas dos praticantes-pesquisados, ou seja, que se apresenta com interesse genuíno e procura promover proposições substantivas para o público pesquisado, e não apenas um tipo de “extrativismo” (de informações processadas como material empírico) inócuo àqueles que nos receberam em suas casas-oficinas-lojas e dedicaram tempo e atenção ao que desejávamos saber sobre eles.

O que procuramos evidenciar no material que se segue é o potencial que esse tipo de prática de pesquisa, com horizonte propositivo, tem para suportar iniciativas em torno de interesses comuns em microcosmos sociais específicos. Imaginamos, nesses termos, que concepções integradas de problemas em gestão social perpassem por modelos mais horizontais e participativos na concepção e desenho de políticas públicas. Além disso, procuramos demonstrar que vale a pena o investimento das competências de pesquisadores e estudantes no processamento de informações em função daquilo que os membros de uma comunidade periférica dizem precisar para uma vida melhor.

## O CONTEXTO

Originário de um antigo povoado rural, o Alto do Moura estabeleceu-se como um bairro na cidade de Caruaru-PE em 1980, pelo projeto de Lei n. 2.910, guardando uma significativa identidade cultural e econômica aportada no artesanato em barro. Atualmente, seu perímetro geográfico também abarca parte de uma feira de gado, alguns loteamentos, conjuntos habitacionais e o Distrito Industrial.

O artesanato foi transmitido entre as gerações dessa comunidade a partir das loiceiras (*sic*), mulheres que se dedicavam à produção de peças utilitárias em barro, e se consolidou como arte figurativa a partir do Mestre Vitalino (1909-1963), o qual, ainda criança, ao brincar com a matéria prima utilizada por sua mãe, criou bonecos de barro e passou a vendê-los na feira (FERREIRA; SILVA FILHO, 2009). Com o passar do tempo, muitos artesãos aprenderam e deram continuidade à arte figurativa, a qual, ao tomar dimensão de negócio comunitário, se projetou como atividade relevante à manutenção econômica das famílias artesãs.

Embora o artesanato tenha se tornado de grande importância para o sustento da comunidade, observamos certa carência de informações sistematizadas sobre as ações governamentais relacionadas à atividade em Caruaru. De modo geral, não percebemos efetividade substantiva nas políticas nacionais ou estaduais voltadas para a atividade que impactem sobremaneira o contexto local para além da concessão de carteiras do artesão e de iniciativas sazonais nos períodos referentes à Feira Nacional de Negócios do Artesanato

(FENEARTE)<sup>2</sup> e às festividades juninas. Além disso, é possível indicar que as sucessivas gestões municipais e a Associação de Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (ABMAM) acabaram por se relacionar com base numa “política de balcão”, ou seja, se faz e se atende parcialmente demandas pontuais que não caracterizam uma política pública para a comunidade e a atividade (LORÊTO, 2016).

## **BASES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS**

Algumas tradições de pesquisa sobre construção de agenda em políticas públicas, como os estudos dirigidos no campo da comunicação, buscam compreender o trânsito entre diferentes tipos de agenda, como a agenda midiática, ou a agenda da opinião pública. A maior parte dos estudos na área busca analisar fundamentalmente a chamada agenda governamental (CAPELLA, 2018). Modelos teóricos sobre formação de agenda frequentemente referenciados na literatura – Modelo de Múltiplos Fluxos (KINGDON, 2003) e Modelo do Equilíbrio Pontuado (BAUMGARTNER; JONES, 1993), por exemplo – também apresentam forte orientação para a agenda governamental, ou se voltam para descrição de como ocorrem mudanças neste nível institucional, legitimado por competência da esfera pública sobre o que se mostra relevante.

Aqui, consideramos a existência de uma lacuna de investigações sobre *agenda-setting* descritivas de demandas locais e apoiamos-nos numa experiência empírica de construção de uma agenda sistêmica (COBB; ELDER, 1983) para demandas comunitárias. Essa ideia estaria próxima da linha de estudo que Rogers e Dearing (1988) consideraram como *public agenda-setting* (construção da agenda pública), cuja tradição de pesquisa tem como principal variável a importância apreendida pela opinião pública sobre um conjunto de problemas, ou seja, a identificação das questões que o público considera importante.

O material empírico que utilizamos (depoimentos, matérias jornalísticas, fotografias, opiniões, análises etc.) foi elaborado por meio de uma série de atividades realizadas ao longo do projeto de pesquisa que permitiu essa vivência. Foram realizadas: 31 entrevistas individuais com membros da comunidade artesã do Alto do Moura; 5 entrevistas com formadores de opinião; observações diversas, em particular nas reuniões da ABMAM; conversas informais; e 3 grupos focais, um com jovens membros da comunidade que vivem dificuldades para seguir no artesanato, outro com membros da atual diretoria da ABMAM e um com integrantes do Grupo Flor do Barro, formado por mulheres artesãs. Identificamos os trechos relacionados às questões públicas comunitárias no *corpus* constituído por meio de tais fontes e os categorizamos em demandas por meio de uma análise temática de conteúdo. Tal análise serviu de suporte para a redação do que se segue.

## **SISTEMATIZAÇÃO DAS DEMANDAS, FORMAÇÃO DA AGENDA E REFLEXÕES PARA A ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO/ESTUDOS ORGANIZACIONAIS<sup>3</sup>**

### **Cultura de Valorização do Artesanato e Desenvolvimento Coletivo do Negócio**

Boa parte da demanda por “visibilidade externa” do valor da produção artesanal e do Alto do Moura, como um centro histórico e cultural do artesanato, encontra-se associada à expectativa por reconhecimento em relação ao trabalho artesão. Em função de tal demanda, depoimentos relativos à questão da visibilidade do artesanato fazem menção a dois pontos principais: (1) a carência na divulgação dos produtos do artesanato e de assistência à comunidade diretamente vinculada a essa produção; e (2) o turismo cultural no bairro.

Em relação à carência de *divulgação*, uma demanda seria por estratégias para promover o artesanato em feiras e eventos capazes de dar visibilidade a nível estadual, e até mesmo nacional, ao trabalho do artesão local. Nesse sentido, a FENEARTE tem se constituído como o principal canal vislumbrado pelos artesãos. Mesmo assim, muitos têm dificuldade de participar devido à falta de recursos, sobretudo quanto aos custos logísticos para o transporte das peças e participação no evento (inscrição, hospedagem, alimentação etc.).

Ainda de acordo com os relatos, a segunda forma de dar visibilidade ao artesão e ao artesanato no Alto do Moura passa pela promoção do *turismo cultural* local, identificando estratégias que possam fortalecer e reinventar o turismo e a infraestrutura voltada para esta dimensão cultural do bairro, uma vez que, hoje, as festividades juninas são privilegiadas.

A promoção do turismo cultural incluiria, além de ações que pudessem consolidar uma melhor infraestrutura de apoio às pessoas que visitam o Alto do Moura, projetos para criação de uma visitação turística sustentável ao longo de todo o ano com, por exemplo, um calendário temático. Algumas ações sugeridas são bastante simples, como a contratação de guias para apresentar a comunidade artesã e suas oficinas aos turistas e a confecção de roteiros turísticos da Feira de Artesanato ao Alto do Moura; outras ações necessitam de políticas de médio ou longo prazo, como a construção de um Centro de Artesanato no Alto do Moura, para melhor informar os turistas sobre a história local.

Além do exposto, também foi possível vislumbrar estratégias potencialmente úteis para o desenvolvimento da atividade no cenário atual, de forma mais pontual e prática.

A princípio, aparenta ser crucial viabilizar *alianças institucionais* para promover e fomentar o apoio (financeiro) de atores públicos ou privados à atividade. Nesse caso, seria necessário conceder importância e voz não apenas a atores públicos (governamentais), os quais, sem dúvida, têm um papel fundamental na causa, mas, também, aos demais atores institucionais (universidades, escolas e demais instituições de ensino técnico/superior da cidade), à mídia e à sociedade civil organizada. Agindo de forma planejada e articulada, esses atores poderiam auxiliar na promoção de *ações inovadoras* aos olhos da comunidade, com o intuito de fortalecer e ressignificar a atividade artesanal que tanto representa para a identidade cultural de Caruaru. No escopo de tais soluções, poderiam estar, por exemplo, a promoção

e a execução de oficinas de artesanato em barro e a organização periódica de Eventos Culturais no bairro com este enfoque; palestras para mostrar como é o artesanato fora do Alto do Moura; organização de exposições na cidade (Centro); e eventos comemorativos ao Dia do Artesão (19 de março) etc.

No que se refere à gestão do trabalho – com vistas ao seu desenvolvimento coletivo – e à viabilização de melhorias para a atividade artesã entendida como um negócio, foram identificados dois focos principais para onde convergem algumas necessidades básicas de aprimoramento: *a logística da produção e da comercialização das peças*.

A logística da produção envolve a necessidade de otimizar o processo produtivo, possibilitar maior envolvimento do artesão com a comercialização de suas peças, também contribuindo para amenizar a dependência econômica de alguns artesãos em relação aos atravessadores. As soluções apontadas para esse nível incluiriam estímulos para venda das peças em outras cidades e o financiamento de fornos a gás para os artesãos.

Na perspectiva de comercialização dos produtos, o foco volta-se para a questão da competição predatória, o que tem acarretado a redução excessiva dos preços das peças praticados no bairro, inviabilizando a atividade para muitos. Nesse sentido, uma política de precificação coletivamente negociada, incluindo, por exemplo, medidas como o *tabelamento de preços* ou outros instrumentos de regulação do comércio, além de cursos em estratégia de negócio, formação de preço e cálculo de custo do produto emergem como alternativas para enfrentar um dos principais problemas pelos quais tem passado a comunidade, a dificuldade de manutenção econômica por meio do ofício.

Criar uma cultura de valorização do artesanato, bem como pensar no desenvolvimento coletivo da atividade como um negócio, implica pensar em estratégias para promover o engajamento das novas gerações do Alto do Moura com esse tipo de trabalho, visando o futuro do artesanato na comunidade, pois a preocupação com o desengajamento reflete uma tensão que emerge quanto à opção que muitos descendentes de artesãos têm feito por outros caminhos profissionais.

## **SAÚDE COLETIVA**

Considerando que a área de cobertura da Unidade de Saúde da Família (USF) não aumentou, mesmo com a recente expansão urbano-habitacional do bairro, a demanda por atendimento em saúde cresceu nos últimos anos, mas isso não implicou em ampliação de infraestrutura ou equipe de trabalho e o problema de sobrecarga na unidade foi apontado nas entrevistas. Neste quesito, o que nos pareceu coerente foi a necessidade de reunir informações com a equipe da USF que pudessem embasar o pleito de ampliação da infraestrutura e da equipe para acionar a Secretaria de Saúde do município.

Segundo profissional de saúde entrevistada, há, na localidade, uma alta incidência de doenças respiratórias que estão associadas à fumaça dos fornos no processo de queima das peças. A introdução de fornos a gás, a reforma e construção de fornos refratários (para

melhor aproveitamento do calor na queima) e o fornecimento de gás proveniente do Distrito Industrial foram algumas alternativas propostas. No entanto, duas iniciativas de menor complexidade poderiam ser articuladas em curto prazo.

A primeira seria um alongamento das chaminés dos fornos a lenha, o que diminuiria o contato dos moradores com a fumaça. A segunda seria a promoção de ações de conscientização na população local para a adoção do uso compartilhado de alguns fornos no momento da queima. Para isso, retomar o contato com grupo de pesquisa da UFPE (atuante na área da gestão ambiental e que já esteve em reunião da ABMAM se colocando à disposição para desenvolver projetos de interesse da comunidade) mostrou-se um caminho da construção de uma parceria para o enfrentamento dessas questões.

Parte significativa das demandas na USF estão relacionadas a questões de saúde mental, quer seja por pacientes que consomem medicamentos controlados, quer pela dimensão psíquica do adoecimento – algo que demanda suporte específico para que a recuperação seja integral. Além disso, é possível levantar a hipótese de que as crescentes dificuldades enfrentadas para a geração de renda por meio do artesanato também possam estar associadas a esses transtornos. Além da assistência médica já oferecida, nos foi sugerido em entrevista que um trabalho educativo-preventivo realizado entre os jovens, com o envolvimento das Igrejas e da Escola Municipal, pode ter um impacto positivo de médio e longo prazo.

## **SEGURANÇA**

Considerando o aumento não planejado de habitantes em um curto espaço de tempo, provocado principalmente pelos novos conjuntos habitacionais e loteamentos, o bairro passou a comportar um número maior de pessoas desconhecidas, fato que era difícil acontecer antes. Segundo relatos, essa mudança no convívio social provocou um sentimento de insegurança comunitária, visto que, antes, era costume dos moradores frequentar a rua à noite ou até deixarem as portas abertas devido ao baixo índice de criminalidade local. Perante o crescente aumento de relatos de crimes que aconteceram no Alto do Moura e em suas redondezas, os moradores passaram a conviver com tensionamentos e novos medos desde que o Alto do Moura passou a se fazer presente nos noticiários policiais.

Algumas iniciativas foram tomadas, como a criação de um grupo de *Whatsapp* formado por moradores e policiais, para que a comunidade pudesse denunciar e descrever ocorrências suspeitas ou criminosas. Além dessa medida, os moradores do bairro sugeriram que a patrulha móvel fosse mais atuante, funcionasse em horários ampliados e em maior quantitativo. Também foi falado sobre a construção de um ponto de apoio para a PM a fim de que pudessem se sentir mais seguros com a presença dos policiais em todos os horários. De todo modo, desde a instalação do 1.º Batalhão Integrado Especializado de Policiamento (BIESP) em Caruaru, em 2017, surgiram relatos de melhorias neste quadro.

## INFRAESTRUTURA

A partir do que foi possível identificar no trabalho de campo, a comunidade sofreu muitas mudanças desde a implantação dos empreendimentos habitacionais. O avanço acelerado da malha urbana nessa área vem sobrecarregando a infraestrutura local, em questões relacionadas à qualidade do espaço público, mobilidade urbana e insuficiência no atendimento dos serviços públicos em geral.

Como consta no plano diretor municipal vigente (CARUARU, 2004), o Alto do Moura é reconhecido como área de proteção cultural. Tais áreas possuem papel relevante na expressão arquitetônica e cultural da cidade e devem ser destinadas à preservação, recuperação e manutenção do patrimônio cultural e edificado. Entretanto, não se tem conhecimento da elaboração de um plano específico para regulação efetiva dessa área, o que tem implicado em diversas mudanças no espaço público, na arquitetura do casario, e na paisagem urbana do bairro ao longo dos últimos anos, isso sem falar no crescimento da especulação imobiliária em seu perímetro.

Diante do quadro, seria pertinente recorrer a alguns instrumentos da política urbana, como a realização de um estudo de impacto de vizinhança, antes da implantação de empreendimentos imobiliários de grande porte, de acordo com a Lei 10.257/2001, art. 37. Tal instrumento poderia vir a contemplar os efeitos positivos e negativos de cada novo empreendimento, ou atividade, quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados. Outras medidas como definir um limite de construção para a área ou melhor regulamentar o avanço urbano poderiam ajudar na preservação de alguns traços arquitetônicos (hoje em risco de desaparecimento) característicos da identidade cultural da localidade.

A preservação do Alto do Moura enquanto patrimônio histórico-cultural torna-se importante na medida que, no inventário para reconhecimento do ofício artesão local como um patrimônio cultural imaterial nacional junto ao IPHAN, foi solicitada a inclusão do “lugar” no registro (IPHAN, 2006). Um possível caminho a ser seguido, no sentido da preservação do lugar, seria a concepção e implementação de um plano específico para regulamentação da área de preservação cultural.

Com as obras do Projeto Revitalino, política pública de infraestrutura urbana implementada em 2017 com vistas à requalificação do Alto do Moura, o antigo calçamento (em paralelepípedo) da principal via do bairro (Avenida Mestre Vitalino) foi substituído por asfalto. A pavimentação gerou polêmica na comunidade. De um lado, aqueles que alegavam ver no asfalto a diminuição da poeira e a modernização do bairro. Do outro, aqueles que reclamaram da descaracterização do aspecto tradicional da paisagem e do aumento da velocidade dos veículos, o que, por exemplo, tornou problemático deixar as crianças brincando na rua como acontecia antigamente.

Já os problemas relativos ao sistema de abastecimento e saneamento foram apresentados como demandas antigas. Uma das consequências mais problemáticas disso é o ciclo fecal-oral que acaba acontecendo via consumo de água não tratada. A maior parte desses esgotos

é feita em forma de fossa; em muitos lugares, os moradores improvisaram o próprio saneamento básico.

Além de tudo isso, o fenômeno dos novos loteamentos e conjuntos habitacionais nos arredores do Alto do Moura e a chegada dos seus habitantes geraram aumento da demanda pelo serviço de transporte público. Para além da sensação de estranhamento social, enfatiza-se uma maior dificuldade de acesso ao centro da cidade, tanto associada ao maior público (sem proporcional aumento da frota) quanto pelo maior tempo de espera, já que as linhas passaram a atender aos novos moradores.

Tendo em vista a localização afastada do centro da cidade, o bairro necessitaria da ampliação da qualidade e da oferta de alguns serviços para evitar a locomoção cotidiana para outros bairros, ou até mesmo para o centro da cidade. Algumas das principais demandas identificadas fizeram referência a, por exemplo: uma escola de ensino médio (já que a única escola pública situada no bairro não oferece esta última etapa na educação básica); uma creche em que as famílias pudessem deixar seus filhos (já em construção em terreno cedido pelo IFPE); um espaço de lazer (uma quadra poliesportiva, uma área para apresentações culturais ou mesmo uma praça melhor estruturada). Além disso, foi recorrente a demanda por um velório comunitário para atender aos casos de muitas famílias que não dispõem de espaço suficiente para velar seus falecidos na própria residência.

## **REFLEXÕES PROVOCADAS PELO TRABALHO DE CAMPO**

Para ir além das demandas descritas nos subtópicos anteriores e avançar em referência às reflexões que nos propusemos a partilhar com a área de Administração e Estudos Organizacionais, elencamos, a seguir, nossas ponderações relativas a cada item mencionado anteriormente.

Em relação ao primeiro item, a) relacionamento com sujeitos oriundos das camadas populares em situações de pesquisa, nossa experiência reforçou a convicção de que a atitude do pesquisador precisa ser ainda mais humilde perante tais praticantes, para não inibi-los ou constrangê-los, e deixá-los à vontade mesmo numa conversa com um(a) estudante ou um(a) professor(a) universitário(a), e que as interações de pesquisa ganham com o interesse genuíno do pesquisador por aquilo que o pesquisado deseja partilhar. Ou seja, o êxito no relacionamento com os interagentes depende da capacidade de nos interessarmos pelo que eles têm a dizer independentemente de estar no roteiro ou não. Além de romper com estereótipos e imagens pré-concebidas do campo, uma atitude de escuta integral é o modo mais respeitoso de se relacionar com este e com demais públicos. O envolvimento decorrente da própria extensão temporal do projeto de pesquisa no qual estivemos engajados também nos possibilitou construir laços afetivos com membros da comunidade.

Em referência ao item, b) os impactos formativos em quem teve contato direto com as questões sensíveis aos pesquisados, uma segunda reflexão que direcionamos à área de Administração e Estudos Organizacionais é sobre a atenção ao caráter formativo no ofício da pesquisa (DEMO, 2003; SÁ, 2019). Aprendemos muito ao nos relacionarmos com os

membros de uma comunidade artesã. Podemos dizer que essa vivência nos demonstrou como consolidar o trabalho em equipe na produção científica. Em diversos momentos, surpreendemo-nos refletindo sobre questões que nunca antes nos vieram acerca das temáticas por nós pesquisadas (artesanato, políticas públicas, negócios periféricos). E isso, além de nutrir o que podemos dizer sobre tais questões, permitiu-nos avançar em nossas trajetórias formativas de modo diferenciado. A vivência pode ser compartilhada com a área e inspirar outras práticas de pesquisa que também valorizem esta dimensão dos envolvidos para além da temática da investigação em curso. Ou seja, como tais práticas podem acontecer se tomadas por princípio científico e educativo, como Demo (2003) não nos deixa esquecer.

Por fim, a terceira, c) contribuição que essa experiência pode trazer para a área, em particular no que se refere a uma pesquisa mais engajada em sua prática com os problemas dos praticantes-pesquisados, pode ser evidenciada, primeiramente, na escolha do campo, da temática e da atitude de pesquisa perante públicos como os artesãos-trabalhadores-proprietários de negócios periféricos (maioria informal). Afinal, os números da informalidade têm crescido ao longo dos últimos anos no Brasil e esperamos um aumento dos já milhões de brasileiros que obtêm renda por meio de tais atividades em decorrência da pandemia do covid-19<sup>4</sup>.

Tal quadro torna ainda mais urgente que a área direcione cada vez mais seus interesses de pesquisa para pequenos negócios familiares, com poucos trabalhadores, localizados nos subúrbios das grandes ou médias cidades brasileiras e que, muitas vezes, servem como única fonte de renda familiar. Tais negócios recorrentemente estão imersos nas questões da comunidade na qual se inserem e são indissociáveis dos seus proprietários, logo, a atitude de pesquisa que procuramos ter e defender é que estudá-los implica em construir um relacionamento com os pesquisados, escutar, entender e ter empatia por seus dramas comunitários, e não simplesmente lhes extrair informações.

Secundariamente, compartilhamos do desejo de ver acontecer, cada vez mais na área, um tipo de pesquisa social que possa ser referência para nossa autoformação política (SÁ *et al.*, 2019). Para isso, acreditamos que os pesquisadores do campo, interessados em fenômenos relacionados às classes sociais menos favorecidas, precisam se perguntar o que e de que modo podem oferecer como contrapartida, como contribuição a possíveis melhorias em suas condições de vida e trabalho.

## **PROJEÇÃO DO RELATÓRIO E CONCLUSÕES**

Dentre as iniciativas levadas adiante a partir da análise das categorias descritas anteriormente, propusemos uma agenda pública com as demandas coletivas por meio de um relatório técnico, organizamos um evento público no qual apresentamos o trabalho à comunidade e ao poder público municipal. Posteriormente, tais ações abriram caminho para a divulgação do nosso trabalho em noticiários da mídia local.

O evento de apresentação do relatório técnico contou com a presença de artesãos, artesãs membros do Grupo Flor do Barro, bem como secretários municipais, membros de suas equipes e demais pesquisadores interessados no tema (no segundo semestre de 2018); além

disso, uma versão anterior do relatório foi disponibilizada no *site* do nosso grupo de pesquisa e em sua página no *Facebook*. Enviamos uma cópia do relatório à ABMAM, à Prefeitura e suas secretarias, sistemas de rádios e TV locais, dentre outros formadores de opinião.

Ao final, em termos de síntese, expusemos as seguintes recomendações: a) criar estratégias de promoção do artesanato e do turismo cultural; b) fomentar alianças institucionais para apoio financeiro; c) viabilizar o aprimoramento da logística e comercialização das peças; d) ampliar a infraestrutura e equipe da Unidade de Saúde da Família e adoção de medidas para melhorar a saúde respiratória dos moradores; e) aprimorar o sistema de saneamento e transporte; f) melhorar a segurança no bairro a partir de policiamento específico; g) realizar estudo de impacto de vizinhança, antes da implantação de empreendimentos imobiliários de grande porte; e h) implantar escola de ensino médio e espaço de lazer.

Muito embora não tenham coberto a totalidade das questões enfrentadas pelos moradores e artesãos, acreditamos que os tópicos relatados neste trabalho sirvam para ilustrar parte significativa dos desafios pelos quais vêm passando a comunidade do Alto do Moura e o negócio do barro no século 21. Com a divulgação do relatório, a equipe colocou-se à disposição para o diálogo, assim pretendendo contribuir tanto para o debate sobre a situação de vida e trabalho nessa comunidade e atividade, de relevância objetiva e simbólica para a região, quanto para a orientação de iniciativas de melhorias para aquela localidade.

Não poderíamos deixar de ressaltar as diversas posições de sujeito evidenciadas ao longo do debate. Foram feitas perguntas, colocadas sugestões e troca de contatos. A fala da então gestora municipal de turismo abrangeu, inclusive, a solicitação do envio da apresentação do relatório por e-mail e a oferta ao grupo de um assento no Conselho Municipal de Turismo da cidade.

Uma vez transcorrido o processo, avaliamos que o saldo da entrega do relatório ao público foi positivo, bem como o das críticas tecidas em torno da organização do evento. Porém, ao final de tudo, como fator de maior limitação percebido, estimamos o quão mais difícil seria a validação de soluções que pudessem ser efetivamente implementadas perante a concretização de um projeto de longo prazo (em continuidade) para o Alto do Moura. Em termos de política pública, percebemo-nos diante do longo caminho a ser percorrido entre uma agenda sistêmica (COBB; ELDER, 1983) e uma agenda de decisão (KINGDON, 2003).

Por fim, acreditamos que a partilha de tal vivência possa inspirar reflexões sobre formas alternativas de sistematização e construção de agendas públicas localizadas de modo participativo e, em sentido mais amplo, sobre o caráter formativo de experiências de pesquisa social com membros da classe trabalhadora que sobrevivem por meio de um negócio próprio. Instrumentalizar pesquisadores para desenvolver mais competências associadas a este tipo de pesquisa social (iniciativas de caráter extensionista/propositivo) em Administração e Estudos Organizacionais pode ser um horizonte desejável para contribuições substantivas nesse campo.

## AGRADECIMENTOS

Os(as) autores(as) gostariam de fazer um agradecimento especial às estudantes Tatiane Florêncio e Maria Raíza Ferreira que aceitaram o desafio de participar do levantamento das demandas elencadas no projeto de pesquisa do qual este texto é fruto.

## NOTAS

- 1 Submetido à RIGS em: abr. 2020. Aceito para publicação em: ago. 2020.
- 2 O projeto de pesquisa “A gente e o negócio do barro: dilemas e perspectivas da comunidade artesão do Alto do Moura no século 21”, realizado entre 2016 e 2019 e que teve como principal objetivo melhor compreender as tensões vivenciadas pelos artesãos-proprietários de negócios naquela comunidade em nosso espaço-tempo.
- 3 A FENEARTE, uma iniciativa do governo do estado de Pernambuco, é uma feira anual, realizada em Recife-PE, considerada importante meio para divulgação do trabalho de várias categorias de artesanato. É visitada por pessoas de toda parte do país e do mundo.
- 4 Conforme descrito no texto, versões preliminares desta seção encontram-se publicadas no formato de relatório técnico divulgado nas redes institucionais do grupo de pesquisa integrado pelos autores, bem como também compõem um trabalho aprovado para o VII Encontro Brasileiro de Administração Pública (EBAP), Brasília, 2020. Os(as) autores(as) registram que este texto é uma versão exclusiva para publicação na RIGS.
- 5 Trabalhadores informais foram considerados os mais impactados pelos efeitos do novo coronavírus sobre a economia. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (PNAD), em 2019, a taxa de informalidade no Brasil atingiu 41,1%, maior número desde 2016, ultrapassou 50% em 11 estados, e, em Pernambuco, chegou a 48,8% (IBGE, 2020).

## REFERÊNCIAS

- BAUMGARTNER, F. R.; JONES, B. D. **Agendas and instability in American politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- CAPELLA, A. C. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.
- CARUARU. Plano Diretor. **Lei complementar 0005 de 27 de julho de 2004**. Disponível em: <<https://caruaru.pe.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/Plano-Diretor-Lei-Complementar-005-27.07.2004.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- COBB, R. W.; ELDER, C. D. **Participation in American politics: The Dynamics of Agenda-Building**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983.
- DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2003.
- FERREIRA, J. E.; SILVA FILHO, P. R. F. **Do barro à expressão artística: as representações conceituais do trabalho artesanal do Alto do Moura - Caruaru - PE**. Caruaru: Edições FAFICA, 2009.

IPHAN. **Dossiê Feira de Caruaru**: Inventário Nacional de Referência Cultural. Redação de Bartolomeu Figueirôa de Medeiros (Frei Tito). Recife, 20 set. 2006.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. Nova Iorque: Harper Collins, 2003.

LORÊTO, M. **Políticas públicas de artesanato na reprodução da força de trabalho dos artesãos em barro no Alto do Moura, Caruaru – PE**. 2016. 250 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

ROGERS, E. M.; DEARING, J. W. **Agenda-setting research: Where has it been? Where is it going?** Newbury Park: Sage, 1988.

SÁ, M. Em busca do impacto perdido? Experiências significativas com sentido local em pesquisa, ensino e extensão. **Farol**, v. 6 n. 15, p. 365-399, 2019.

SÁ, M.; MATTOS, P. L. C. L.; BARROS, A. N.; COSTA, A. S. M. Autoformação política em pesquisa social: intencionalidades duradoras e a prioridade do local. **Teoria e Prática em Administração**, v. 9, p. 1-14, 2019.

- |                                       |  |
|---------------------------------------|--|
| <b>Marcio Sá</b>                      | Professor-pesquisador no Departamento de Ciências Sociais (DCS) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Autor de alguns livros, dentre os quais, destacam-se “Feirantes” (Editora UFPE) e “Filhos das feiras” (Editora Massangana-Fundaj). Doutor em Sociologia pela Universidade do Minho (Portugal). E-mail: marcio.sa@academico.ufpb.br. |
| <b>Jessica Rani Ferreira de Sousa</b> | Mestra em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife (UFPE). Professora Substituta do Núcleo de Gestão, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco (NG-CAA-UFPE). Pesquisadora membro do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA-UFPE). E-mail: jessica.rani@ufpe.br                          |
| <b>Denise Clementino de Souza</b>     | Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco, Recife (UFPE). Professora Adjunta do Núcleo de Gestão, Centro Acadêmico do Agreste, Universidade Federal de Pernambuco (NG-CAA-UFPE). Pesquisadora membro do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA-UFPE). E-mail: denise.csouza@ufpe.br                           |
| <b>Shirley Kevilen da Silva</b>       | Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro integrante do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA-UFPE).   |
| <b>Bárbara Tayná Leal</b>             | Bacharelada em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro integrante do Grupo de Estudos e Intervenções do Agreste (GEIA-UFPE).   |